

**30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**24 A 28 DE OUTUBRO DE 2006**

**GT 12 – Migrações Internacionais**

**“RELATOS ORAIS, IMIGRAÇÃO E INFÂNCIA”**

**Zeila de Brito Fabri Demartini**

O tema da infância tem levado nos últimos anos vários estudiosos à análise e discussão de questões que permeiam as vivências infantis e permitem que olhemos para as mesmas com novos enfoques teóricos e novas perspectivas metodológicas. Novas abordagens têm sido adotadas especialmente para os estudos que se propõem a "escutar" as próprias crianças em suas vivências atuais em creches, nas famílias, nas brincadeiras, nas ruas etc. Cada vez mais se reconhece a importância de incorporar as crianças na pesquisa, não apenas como objetos de investigação, mas como atores importantes no próprio processo de investigação. Essa questão, para a qual nos chamou a atenção Martins (1991) já há vários anos, tem resultado em estudos que contribuem para compreender as várias infâncias acrescentando às discussões as visões das próprias crianças e não apenas dos que as observam (FARIA, DEMARTINI e PRADO, 2002; DEMARTINI, 2004). Essa foi, a nosso ver uma importante mudança ocorrida nos últimos anos na pesquisa sobre a infância. Assim, vários pesquisadores, tanto no Brasil como no exterior desenvolveram novas abordagens das questões relacionadas à infância, promovendo um interessante diálogo entre formas mais usuais de pesquisa (como a observação participante) com outras criadas no processo de pesquisa; destacamos aqui as entrevistas com crianças muito pequenas, os registros usuais fotográficos e videográficos realizados pelas próprias crianças, os desenhos e histórias criados pelas crianças etc. Tais empreendimentos têm permitido explorar especialmente as relações estabelecidas pelas crianças em seus grupos de convivência (família, amigos, escola, etc.), a forma como as mesmas as vêem e também uma dimensão às vezes dificilmente captada pelo pesquisador adulto - as emoções que acompanham as diferentes vivências. A incorporação das crianças pode ainda permitir releituras das explicações que são usuais na sociologia e na educação sobre os processos de socialização e de aprendizagem das quais as mesmas participam, pois as crianças podem atribuir aos mesmos significados diferentes daqueles formulados pelos adultos. Nesse sentido, torna-se possível pensar em uma cultura da infância, ou melhor, em culturas infantis (parafrazeando os estudos de José Machado Pais (1993) que sempre nos instigou com seus estudos sobre as culturas juvenis). Se considerarmos, como tem sido demonstrado por vários autores, que há diferentes infâncias, podemos também pensar em diferentes culturas infantis. Como apreendê-las é o desafio que temos que enfrentar, enquanto pesquisadores e educadores brasileiros preocupados com as questões sócio-histórico-culturais que acompanham as crianças em nosso contexto, problematizando as reflexões referentes a contextos outros e procurando captar as especificidades das vivências, culturas e representações das crianças brasileiras. Mas esse não é um desafio simples, pois como já nos alertou Martins (1991), as infâncias podem ser muitas, por esse imenso e tenso Brasil.

Como parte desse desafio, chamamos a atenção para um aspecto que geralmente não é considerado em grande parte dos estudos: o de que grande parcela das crianças carrega em suas

experiências de vida as vivências em diferentes espaços, isto é, em diferentes realidades sócio-econômico-culturais. Que implicações os deslocamentos durante esse período de suas vidas e as experiências estabelecidas durante o processo de saída e de inserção em novos contextos pode acarretar para as vivências e culturas infantis? Que elementos a análise dessas questões podem evidenciar?

## VIVÊNCIAS INFANTIS NO DESLOCAMENTO

Os dados sobre a população brasileira indicam que historicamente ela se constituiu como uma população que se deslocou internamente, constantemente, assim como incorporou e continua incorporando grupos de imigrantes provenientes de várias regiões do mundo . Os deslocamentos internos e as levas de imigrantes que chegaram aos milhares durante séculos são, usando expressão de Sayad ,marcas definidoras de nossa população (SAYAD, 2000, p. 10).

Bassanezi (1996), em estudo em que traça um panorama histórico das imigrações internacionais no Brasil, discute bem essa questão, e, dentre outras, nos apresenta uma tabela (Quadro 1) que resume a presença de estrangeiros no Brasil, no período de 1872 a 1980, considerando cada unidade da federação

**Quadro 1** - População Estrangeira nas Províncias e Estados. Censos 1872 a 1980

Estados	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1970	1980
Alagoas	3.718	536	838	693	511	421	524	606
Amazonas	2.199	3.277	1.882	16.936	7.441	5.192	3.701	3.767
Bahia	22.397	26.776	9.071	10.600	8.007	8.224	9.685	9.875
Ceará	1.592	534	859	901	1.372	1.206	1.429	1.838
D. Federal	-	-	-	-	-	-	4.584	7.920
E. Santo	4.191	3.074	21.420	18.754	10.043	5.507	3.204	2.698
Goiás	367	62	86	1.694	2.507	3.667	5.653	4.607
Maranhão	5.247	606	939	1.586	1.288	1.008	1.070	1.135
M.Grosso	1.669	958	11.167	25.321	23.207	19.753	24.937	
M.Grosso N								3.033
M.Grosso S								11.379
M. Gerais	46.900	46.787	91.593	85.705	45.546	32.896	25.321	19.937
Pará	6.529	4.039	2.201	22.083	11.074	8.215	8.866	7.294
Paraíba	843	180	345	602	671	516	592	1.066
Paraná	3.627	5.153	39.786	62.753	66.653	76.592	80.497	42.811
Pernambuco	13.444	2.690	4.240	11.698	6.720	5.551	6.386	5.701
Piauí	653	19	97	326	285	258	270	310
Rj-Guanab.	184.182	140.492	246.272	289.960	267.367	248.849	283.742	216.266
R.G.Norte	997	152	179	327	451	453	389	801
R.G. Sul	41.725	34.765	135.099	151.025	109.470	78.138	51.079	36.813
S.Catarina	16.974	6.198	29.550	31.243	27.201	19.067	10.188	7.496
S.Paulo	29.622	75.030	478.417	829.851	814.102	693.321	703.526	523.444
Sergipe	2.583	270	270	397	290	184	250	555

Acre			-	3.506	1.236	1.144	704	551
Fer.N./Ap						2/504	6/395	-/339
Roraima						2.094	1.837	663
Rondônia						420	299	1.943
<b>Brasil</b>	<b>389.459</b>	<b>351.545</b>	<b>1.074.671</b>	<b>1.565.961</b>	<b>1.405.442</b>	<b>1.213.182</b>	<b>1.229.134</b>	<b>912.848</b>

Fonte: Levy (1996, p. 13)

Tais dados permitem constatar que, embora variando numericamente, os imigrantes entraram nas diferentes províncias e estados brasileiros, sendo portanto válido pensar na problemática da imigração com relação a todas as regiões brasileiras. Algumas áreas, entretanto, tornaram-se historicamente as principais áreas receptoras: primeiro São Paulo, depois Rio de Janeiro e estados do Sul. Como afirma Bassanezi (1996),

(...) na região sudeste estabeleceram-se em proporções muito altas e cada vez maiores os estrangeiros vindos para o Brasil (68,2% em 1872 e 83,5% em 1980). Na região sul, em proporções bem menores oscilando entre 9,5% (1980) e 19% (1900). Conjuntamente, estas duas regiões abrigaram 97% dos estrangeiros arrolados no Censo de 1900 e por volta de 94 a 95% daqueles registrados nos demais censos do século XX. (p.14).

Esta é, paradoxalmente, uma dimensão quase ignorada quando são discutidas as questões relacionadas à infância brasileira. Os estudos sobre os deslocamentos populacionais internos ou internacionais (para cá ou para fora) ainda se preocupam pouco com as implicações dos mesmos sobre as crianças - geralmente são analisados os deslocamentos dos grupos como um todo, das famílias, dos trabalhadores, as políticas migratórias. Os estudiosos da infância, por outro lado, embora focalizando a infância em diferentes contextos e períodos históricos, tratam geralmente das crianças quase que como "imobilizadas" em determinados locais. Ainda são poucos os que analisam as infâncias em deslocamento; nesse caso, destacamos o estudo de Fábio Pestana Ramos (1999) sobre a vinda de meninos e meninas portuguesas para o Brasil no século XVI (vinham na condição de grumetes ou pagens, como órfãs do Rei enviadas para se casarem com os súditos da coroa ou como acompanhantes dos pais ou parentes). Também o estudo de Esmeralda Moura (1999) trata das crianças e adolescentes de famílias de imigrantes que trabalhavam em São Paulo no início do século XX, e das precárias condições em que desenvolviam suas atividades, especialmente nas fábricas. Podemos afirmar, entretanto, que são exceções, pois a maior parte dos estudos não envolve a problemática do deslocamento e suas implicações com relação à infância.

Grandes parcelas das crianças carregam as marcas de vários deslocamentos em suas curtas trajetórias, e, com eles, as marcas de encontros e desencontros, de alegrias e tristezas, saudades e esquecimentos, de espaços e vazios, de sítios, vilas e cidades, de diferentes culturas.

Algumas regiões brasileiras, como vimos, geralmente pelo dinamismo de suas atividades econômicas atraíram (e algumas continuam atraindo) grandes levas populacionais provenientes de outras partes do país e do exterior desde meados do século XIX. Esse foi o caso de São Paulo, em que ocorreu grande expansão da lavoura (especialmente a cafeeira), grande crescimento e diversificação das indústrias, transformação das vilas e cidades, forte crescimento demográfico, urbanização intensa, entre outras mudanças (CAMARGO, 1952; SILVA, 1960). Esse estado atraiu diferentes grupos de imigrantes desde o século XIX, especialmente portugueses, italianos, espanhóis, japoneses, alemães. O Quadro 2, abaixo, permite visualizar essas presenças.

**Quadro 2** - Estrangeiros no Estado de São Paulo, segundo a nacionalidade (1888 a 1980)

<b>NACIONALIDADE</b>	<b>1888</b>	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1980</b>
Portugueses	9.853	167.198	155.251	174.089
Japoneses	xxx	24.435	128.957	89.361
Italianos	13.384	398.797	213.091	60.280
Espanhóis	1.003	171.289	121.162	57.369
Alemães	4.838	11.060	33.397	15.474
Outros	7.747	57.072	110.133	126.871
Sub-total	29.078	772.779	651.858	396.573
<b>TOTAL</b>	<b>36.825</b>	<b>829.851</b>	<b>761.991</b>	<b>526.444</b>

Fonte: Atlas da População do Estado de São Paulo (1991)

Acrescido ao fluxo migratório contínuo, o estado de São Paulo também foi o destino escolhido por levas de migrantes de várias regiões do país, especialmente dos estados do nordeste e de Minas Gerais. Sua metrópole, dada o forte processo de industrialização, atraiu durante todo o século XX moradores de outros estados e do interior, à procura de melhores empregos e melhores condições de vida.

Atualmente, apesar da diminuição dos fluxos migratórios da Europa e da Ásia em direção a nosso país, comparativamente ao que ocorreu de finais do século XIX até a segunda metade do XX, ainda levas de imigrantes chegam ao país, especialmente em São Paulo, como já apontamos. Esse é o caso dos latino-americanos, dos quais os bolivianos são o grupo mais conhecido e até pesquisado (SILVA, 1997). Também continuam intensas as migrações internas, mas localizadas a contextos regionais ou entre as regiões.

Muitos deslocamentos envolvem hoje novas problemáticas como é o caso de muitas famílias do Movimento dos Sem Terra (MST) ou movimentos outros que acampam com suas crianças às margens de estradas ou em áreas sem qualquer infra-estrutura de saúde ou escolar, às vezes por alguns anos, até conseguirem fixar-se em assentamentos. Em todas as situações atuais,

a provisoriedade, a insegurança e as incertezas têm acompanhado as vivências infantis dos pequenos migrantes e imigrantes. O mesmo se pode afirmar com relação aos brasileiros que saem para trabalhar em outros países, muitos deles levando seus filhos pequenos. Esta é uma dimensão nova dos deslocamentos que envolvem a população brasileira, e, direta ou indiretamente as crianças: de país receptor, o Brasil vivencia atualmente o fenômeno da emigração de brasileiros para outros países. Segundo Salles (1996) calculava-se em 150 mil brasileiros no Japão, 100 mil em Nova York, 150 mil na Grande Boston (330 mil nos Estados Unidos como um todo); segundo ela, 1,25 milhões de brasileiros teriam deixado o país, sem retorno, entre 1985 e 1987 (quase 1% da população brasileira) (SALLES, 1996, p. 89). Sabemos que esses números podem ter aumentado, apesar das políticas restritivas dos países do primeiro mundo.

Ainda quando o país receptor dispõe de todas as condições para permitir excelentes índices de qualidade de vida, estas nem sempre são usufruídas pelas crianças e jovens que nele se inserem. O caso exemplar dos dekasegui(s) brasileiros residentes no Japão nos permite visualizar os problemas enfrentados pelas crianças que passaram a residir nesse país. Segundo Ishikawa (2003) para a qual há mais de 200 mil brasileiros no Japão atualmente:

(...) the adaptation of the Japanese-Brazilian children in Japan isn't easy, first because of the language and customs, and second because the Japanese-Brazilian parents intend to return to Brazil. However, the children have no linkage with the Brazilian society (especially those who were born in Japan) so they tend to choose Japan as their homeland. The problem is how Japanese society considers the foreigners in Japan. For the Japanese, the Japanese-Brazilians are still temporary foreign workers who will leave Japan after a determined period. That means the Japanese-Brazilians are like visitors, and this is extended to the children too. (ISHIKAWA, 2003, p. 8)

Outros problemas são vivenciados pelas famílias e pelos filhos dos trabalhadores que emigram, deixando para trás suas famílias, em movimento inverso ao que ocorria com os imigrantes que para cá vieram.

Martins (2001), ao tratar do tema da escola para filhos de "trabalhadores móveis", que vem inquietando os países da América do Norte e da Europa, chama a atenção para o fato de que vivemos em um mundo em que o trabalhador está sendo desterritorializado e, em certo sentido, também o próprio trabalho. Nesse contexto, observa que:

As instituições da sociedade moderna, que é a sociedade da mobilidade, mediada pela dinâmica do mercado, são, contraditoriamente, instituições que pressupõem o enraizamento territorial e a falta de mobilidade. Todo ser humano que se move ainda parece uma anomalia. As instituições não estão preparadas para recebê-lo nem para apoiá-lo, apesar de muitos esforços nesse sentido. Isso vale tanto para a escola quanto para o sindicato quanto para a Igreja, quanto, certamente, para outras instituições fundamentais.

Refletir sobre a educação e a escola tomando como referência alguém que está 'fora do lugar' é um desses desafios próprios de uma situação social que pede uma ação transformadora. Mas, pede-a não a partir do marco da ordem, e sim a partir do

que até aqui a sociedade tem considerado desordem: a instabilidade espacial do trabalhador. A própria educação foi sempre pensada como educação para a ordem, ou educação para a mudança no marco da ordem: o progresso no marco da ordem e o progresso como decorrência da ordem. (MARTINS, 2001, p. 24)

O desafio que colocamos aqui é o de refletir sobre as crianças "deslocadas" ou migrantes, acreditando que esse é um campo de estudo instigante para a compreensão da infância, e, porque não, também das várias facetas do processo migratório.

## **INFÂNCIA E IMIGRAÇÃO: POUCOS ESTUDOS, VÁRIAS QUESTÕES**

Inúmeras são as possibilidades que se colocam aos pesquisadores, considerando a diversidade dos grupos de migrantes e as diferentes inserções das crianças nas sociedades de origem e nas sociedades de adoção, os processos de mobilidade espacial e social, as vivências escolares, familiares, culturais, religiosas, entre outras. Analisar as especificidades das várias crianças migrantes, assim como compará-las entre si são tarefas que exigiriam muitas pesquisas, a serem levadas a cabo por diferentes pesquisadores. Para essa discussão, incorporamos observações provenientes de pesquisas sociológicas realizadas com diferentes grupos de imigrantes em São Paulo. Pensamos que, a partir dessas, algumas comparações poderão ser estabelecidas com outros estudos; não tratamos portanto, das migrações internas, que, acreditamos, colocam outras questões à reflexão, mas de algumas questões relacionadas à imigração internacional e ao contexto paulista.

Como já anotamos (DEMARTINI, 2003), a imigração é um fenômeno que marca indelevelmente as sociedades envolvidas, tanto a de partida como a de adoção. Sayad (2000), a nosso ver, resumiu com muita sensibilidade as transformações que acompanham os indivíduos/grupos envolvidos em processos migratórios.

Non se habita impunemente em outro país, non se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia, em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades do contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos. (SAYAD, 2000, p. 14)

Podemos indagar: como crianças vivenciam/vivenciaram os deslocamentos, as saídas de espaços conhecidos para outras terras, outras sociedades? Em que medida a análise dessas vivências poderá permitir um melhor entendimento das várias infâncias e até das várias identidades que foram se constituindo através desses processos de deslocamentos/inserções? Como já apontamos, Martins (2001) já há muito tempo chama a atenção para o duplo e a duplicidade das orientações culturais dos grupos de migrantes ou imigrantes, envolvendo,

portanto, as crianças pequenas em suas vivências nas sociedades de adoção, nas várias instituições com as quais convivem.

Para explorar tais questões, seriam necessários vários estudos, que abordassem crianças de diferentes grupos envolvidos em processos de mobilidade espacial. Por enquanto, parece-nos que poucos pesquisadores têm trabalhado com essa temática, mesmo considerando um contexto marcado pela imigração, como São Paulo.

A imigração é constituinte da história de São Paulo como já comentamos; foram levadas de pessoas que entraram durante muitos anos, carregando consigo as vivências e as culturas das sociedades de origem. Como diria Sayad (2000) “é um território, por definição, de imigração, e no qual a homogeneidade está sempre por construir”. Alguns grupos destacaram-se pela forte imigração no período de 1890 a 1929: portugueses, italianos, espanhóis, japoneses, além de outros grupos, como os alemães.

Todos os grupos de imigrantes, em maior ou menor quantidade, trouxeram milhares de crianças em seus deslocamentos. Os dados apresentados por Scott (2001), a partir de levantamentos realizados por Vasconcelos em 1937, (Quadro 3) permitem visualizar a dimensão desse fato, isso é, constatar que as crianças não podem ser ignoradas quando se considera aspectos históricos da constituição da população paulista.

**Quadro 3** - Total de entradas dos Imigrantes Estrangeiros pelo Porto de Santos – Grupos Etários ( 1908-1936)

Nacionalidades	Total	Até 7 anos	Entre 7 e 12	Mais de 12	%> 12 anos
Portugueses	275.257	32.600	19.342	223.315	81.1
Espanhóis	209.282	41.487	24.451	143.344	68.5
Italianos	202.749	27.592	16.673	158.484	78.2
Japoneses	176.775	34.202	18.860	123.713	70.0
Alemães	43.989	4.265	2.890	36.834	83.7
Turcos	26.321	2.308	2.034	21.979	83.5
Romenos	23.756	4.703	2.601	16.452	69.3
Iugoslavos	21.209	4.377	2.090	14.742	69.5
Lituanos	20.918	3.140	1.595	16.183	77.4
Sírios	17.275	1.930	1.177	14.168	82.0
Poloneses	15.220	1.984	1.155	12.081	79.4
Austríacos	15.041	1.999	1.206	11.836	78.7
Outros	47.664	5.331	3.056	39.277	82.4
<b>TOTAL</b>	<b>1.221.282</b>	<b>178.603</b>	<b>103.690</b>	<b>938.989</b>	<b>76.9</b>

Fonte: Vasconcelos 1937 apud Scott (2001)

Em alguns grupos, a distribuição de adultos e jovens (acima de 12 anos) parece mais equilibrada, evidenciando que alguns se caracterizam pela migração familiar, outros pela individual. Qualquer dessas duas situações, como veremos em exemplos adiante, representaram



enfrentamentos novos para as crianças: no caso dos que imigraram carregando o grupo familiar (que os japoneses exemplificam bem), as crianças, além da saída do espaço de origem, passaram a conviver com a sociedade de adoção; no caso em que os pais, geralmente homens, migravam antes, como os portugueses, as crianças ficavam com outros parentes às vezes por muito tempo à espera de seu retorno e de uma possível imigração.

Ainda, como já afirmamos (DEMARTINI, 2003), no caso de São Paulo, em que muitos grupos de imigrantes chegaram simultaneamente, a questão imigratória que envolve para o grupo imigrante (e também para a sociedade de adoção) a referência a duas sociedades de pertencimento, tornou-se ainda mais complexa: eram muitas as sociedades de origem, cada uma com suas problemáticas e diferenciações sociais internas. E era com essa multiplicidade de situações que os pequenos imigrantes conviviam, foi nesse contexto que se socializaram. Nesse caso, tanto na capital como no interior, este novo mundo no qual as crianças se inseriam era constituído por povos de várias origens – em alguns períodos, a população estrangeira foi superior à da sociedade paulista. Considerando, como afirmam os estudiosos que é durante a infância que os indivíduos vão moldando suas identidades, algumas questões se colocam: como esses pequenos imigrantes foram se constituindo? em que medida tiveram que aprender a conviver com diferentes culturas desde muito pequenos? como a dimensão lúdica da infância permeou as relações com os “outros” nessa sociedade de adoção?

Já há muitos anos Florestan Fernandes (1979) abordou a questão, quando realizou estudo sobre as "trocinhas" do Bom Retiro, na década de 1940. Nesse trabalho, que tem sido utilizado por muitos pesquisadores para discutir as dimensões lúdicas da infância e as propostas metodológicas na abordagem de atores sociais não adultos, o autor também contribui para o debate sobre as crianças e a imigração, ao chamar a atenção para as relações estabelecidas entre crianças de diferentes origens em suas brincadeiras de rua e as trocas culturais realizadas através das mesmas. Ao analisar as "trocinhas" do Bom Retiro apontou para a importância das crianças no processo de inserção social dos pais imigrantes no contexto paulistano.

Outra pesquisadora que realizou estudos sobre imigração focalizando a infância é Ethel Kosminsky (2000), através da abordagem sociológica de um grupo específico, os judeus. Em um interessante artigo sobre “Memórias da infância: as filhas de imigrantes judeus no Brasil”, essa autora fez algumas colocações que consideramos muito importantes e que coincidem com as que foram observadas por Florestan Fernandes (1961) e com as que nós mesmos constatamos. Preocupada com a segunda geração de mulheres judias, a autora chamou a atenção para o fato de que

(...) a infância, quer de mulheres imigrantes, quer de suas filhas é um dos temas mais desprezados pelas Ciências Sociais, não obstante a sua presença na literatura. Isso se

deve à posição de subalternidade ocupada pela criança na sociedade ocidental. (KOSMINSKY, 2000, p. 49-50).

Acrescentou ainda que

(...) as crianças dos grupos imigrantes são duplamente oprimidas em razão de sua posição etária e de sua posição de pertencimento a um grupo minoritário, estrangeiro. Muitas vezes essa situação se articula com a situação de classe, quando o ser minoritário se confunde com o pertencer as camadas subalternas da sociedade. (KOSMINSKY, 2000, p. 50).

Anotou ainda, baseada em outros autores, que as redes de relações sociais formais e informais (associações comunitárias, escolares, etc.) propiciam a criação de oportunidades para os membros da segunda geração, permitindo enfrentar mais facilmente a discriminação e as dificuldades de ascensão social. Concordando com Florestan Fernandes (1961) a autora também observou que a criança é um importante agente social, isto é, contribuem ativamente para a mudança e a produção cultural.

(...) as crianças, filhas de imigrantes, em contato com os seus pares. Através de brincadeiras e jogos infantis, tendem a adquirir traços culturais da sociedade abrangente, participando ativamente da introdução dos seus pais ao novo ambiente social. (KOSMINSKY, 2000, p. 52).

Nas análises que realizou a partir das memórias da infância de algumas filhas de imigrantes judeus, a autora discutiu o que significa crescer em uma família imigrante, no caso, de uma imigração ligada ao Holocausto; também o relacionamento das crianças judias e não-judias, muito ligado ao bairro e às diretrizes que os pais deram às crianças; a recepção às famílias imigrantes e as relações de vizinhança e a construção da identidade pessoal e coletiva judaica pelas entrevistadas, tendo como base as memórias de sua infância.

As colocações desses dois autores, distanciadas no tempo, parecem-nos válidas também para as situações observadas com crianças de outros grupos de imigrantes, em nossos estudos sobre japoneses, portugueses e alemães em São Paulo. Abordaremos abaixo alguns aspectos que pudemos notar no tocante às infâncias que fomos observando ao pesquisar esses grupos.

Não trataremos aqui de todas as questões possíveis, mas de algumas que consideramos interessantes para a discussão proposta.

A temática da infância e o processo de escolarização de crianças e jovens sempre estiveram presentes em nossos estudos, seja abordando as demandas dos pais (DEMARTINI, 2003), seja analisando as memórias de velhos professores para compreender aspectos do campo educacional paulista (DEMARTINI, 2001). Também em nossos estudos sobre grupos de imigrantes do Estado de São Paulo (japoneses, alemães e portugueses) sempre nos preocupamos com o processo de socialização das gerações mais novas no país de origem e no novo contexto

de adoção; incorporamos as gerações mais jovens nestes estudos, em que entrevistamos a terceira e quarta gerações de famílias que chegaram a São Paulo no início do século XX. A exploração, através principalmente de relatos orais, da temática da infância, permitiu que desvendássemos aspectos importantes sobre a escolarização de crianças no estado de São Paulo, em período em que havia poucas escolas; assim pudemos verificar que, na ausência dessas, as próprias crianças providenciavam o seu aprendizado da leitura e da escrita, antecipando-se à oferta educacional do Estado e até às práticas familiares adotadas pelos adultos da época; permitiram também questionar as afirmações de que as camadas mais pobres não se interessavam por escola, ao evidenciarem que as próprias crianças pobres travestiam-se muitas vezes em “professores” de outras crianças. (DEMARTINI, 2001).

O que tais estudos permitiram reafirmar, entretanto, é a importância da reflexão sobre os conceitos de infância e de criança. Nossa experiência e outros estudos sociológicos sobre a infância brasileira mostraram-nos que não existem “infância” e uma “criança” genérica, mas diferentes tipos de crianças e de infância: a questão da heterogeneidade dos tipos de criança e do tipo de infância vivenciado é questão primordial para a pesquisa sobre esse tema, especialmente sob a perspectiva histórica. Algumas questões se colocaram com relação aos imigrantes: que infâncias foram vivenciadas? Houve uma vivência diferenciada entre os diversos grupos e dentro de cada grupo? Como foram se constituindo diferentes crianças e diferentes infâncias nesses grupos de imigrantes? Trabalhamos aqui com a idéia de que foram várias as experiências vivenciadas pelos pequenos imigrantes em território paulista, e, portanto, pode haver distintas maneiras de a infância ser sentida e relatada, dependendo da forma como tenha ocorrido a inserção do pequeno imigrante no país de acolhida, as vinculações com a população local, com outras crianças, com a escola(s) freqüentada(s) etc. Assim, é possível pensar, também, em diferentes representações de um mesmo tempo e, contexto vivido segundo as distintas experiências do passado (e do presente). Para explorar essa temática faremos referência nos relatos de alguns grupos de imigrantes que se deslocaram para São Paulo.

### **RELATOS SOBRE A INFÂNCIA: VIVÊNCIAS ENTRE GRUPOS DE IMIGRANTES EM SÃO PAULO**

Pautando-nos, nos relatos dos que eram filhos de imigrantes em São Paulo no início do século XX quando aí chegaram centenas de milhares de imigrantes. Trabalhamos, portanto, com os relatos orais de pessoas que vivenciaram o processo de inserção no contexto de adoção enquanto crianças, embora já se encontrassem em idade avançada por ocasião das entrevistas. Enfocamos relatos de imigrantes de três grupos muito distintos: os portugueses, os japoneses e os alemães, que chegaram antes de 1937 em São Paulo. Trata-se, portanto, de relatos sobre a

infância, produzidos por pessoas que vivenciaram esta etapa da vida há muito tempo; cruzam-se aqui, portanto, nas representações elaboradas, os vários tempos vividos, relatados a partir do tempo da velhice.

Em trabalho no qual discutimos a questão dos relatos orais e infância (DEMARTINI, 2002), já chamamos a atenção para a especificidade dos relatos orais com relação à infância; consideramos que a criança, após breves espaços de tempo, já constitui algum tipo de identidade, apresenta uma memória em construção. Segundo Pollack (1992) a construção da identidade é realizada num espaço, dentro de um grupo. Ela é feita sempre com relação a um “outro”, sendo impossível pensar na construção da identidade, no processo de socialização da criança “no ar, no abstrato”. No caso das crianças de famílias de imigrantes, quem seriam os outros? Como são eles representados nos relatos? É preciso anotar que as crianças filhas de imigrantes vivenciam situações em grande parte muito distintas daquelas dos imigrantes adultos: a sua vivência da cultura e sociedade de origem ainda é relativamente pequena e mais restrita às vivências familiar e do círculo de amizades, algumas vezes às vivências escolares; por outro lado, sua inserção na sociedade de adoção ocorre durante o período de sua socialização primária, quando grande parte dos valores, costumes etc. são incorporados. São esses pequenos imigrantes os que são “mergulhados”, por assim dizer, ao mesmo tempo e profundamente, em dois contextos sociais e culturais muitas vezes extremamente distintos; a forma como esse mergulho ocorre pode variar de um grupo para outro, de uma família para outra dentro do mesmo grupo. Como já escrevemos, é preciso verificar quais são as marcas em cada criança, as marcas de cada infância e dos processos de socialização (DEMARTINI, 2002, p. 8). No caso dos pequenos imigrantes, as marcas dos muitas vezes diferentes e até opostos processos de socialização familiares e das sociedades mais amplas – a de origem e a de adoção.

Nos casos que analisamos, a vivência como imigrante ou como recém chegado é uma vivência mais distante, as reflexões nos relatos incorporam o longo tempo decorrido entre a infância, vivida durante poucos anos ou quase nenhum no país de origem, e a prolongada convivência no contexto de adoção. Mas, como veremos adiante, é justamente esse longo tempo decorrido que permite que o entrevistado perceba e explicita algumas dimensões importantes de sua infância.

As falas de um entrevistado, que chegou com sua família portuguesa a São Paulo nos anos de 1920, mostram claramente como foi sua vivência como pai e como avô que lhe permitiram rever sua própria infância e as experiências vivenciadas, em comparação com a infância dos filhos e dos netos: “(...) só me considere que eu era igual aos outros moleques depois que eu casei e tive filhos... Porque eu achava que eu era diferente, porque eu apanhava tanto, que eu achava que eu era diferente”. (M)

É impossível tratar aqui de todos os aspectos que surgiram nos relatos sobre a infância. Optamos por abordar os que remetem à dimensão lúdica, aos relacionamentos que marcaram as vivências dos pequenos em casa, nas ruas e nas escolas, espaços infantis por excelência e, em parte, à dimensão do trabalho infantil em famílias de imigrantes, tão importante. Estaremos assim, lidando com alguns elementos que, segundo Pollack (1992) são constitutivos da memória (acontecimentos, pessoas e lugares – da memória), buscando apreender algumas marcas nestas infâncias diferenciadas levando em conta o contexto de origem e o de adoção. Para tratar desses aspectos, estaremos as vezes fazendo mais referência a um grupo que a outro, pois o objetivo aqui é mais o de exemplificar e discutir situações.

### **Vivências no contexto de origem: as decisões familiares e a infância entre o ir e vir**

Para tratar da infância no contexto de origem pautamo-nos, sobretudo, nas pesquisas com imigrantes portugueses, que, em virtude de suas especificidades, colocaram-nos diferentes questões, pois as crianças se inseriram nesse processo sobre múltiplas formas.

Os relatos dos que eram pequenos quando a família iniciou o processo imigratório permitem afirmar que as situações foram as mais variadas, mas que os que viviam em condições precárias em Portugal geralmente enfrentaram problemas maiores: em alguns casos, porque sem recursos, o pai veio antes, deixando a mulher e os filhos para trás; em outros porque, sem garantias de que a vida na nova terra seria melhor, vieram o pai e mãe, deixando os filhos com os avós em Portugal. Em ambos, os relatos de alguns entrevistados apontam para famílias cujo núcleo esteve por muitos anos separados, isto é, em que a convivência das crianças e seu processo de socialização primária ocorreram sem a presença do pai, ou até, do pai e da mãe.

Duas irmãs relataram esta situação de separação com a imigração do pai, ocorrida em virtude da extrema miséria em que viviam. Trata-se de família em que o processo imigratório havia se iniciado muito antes.

O pai das irmãs entrevistadas (Família A.) viera para o Brasil com nove anos de idade, juntamente com os pais dele, em 1913, retornando a Portugal – também acompanhado dos pais – por volta de 1924, ano em que foi obrigado a ingressar no exército lusitano sendo obrigado a cumprir quatro anos de funções militares. Foi durante este período (1924-1928) que conheceu a esposa, casou-se e não esteve presente no lar durante o nascimento das filhas: 1927 (nascimento de M.) e 1928 (H.). Nessa última data, findara sua prestação de serviço ao exército, o que permitiria uma aproximação entre os membros da família. Porém, o pai, mais uma vez, deixou Portugal, embarcando para terras brasileiras. De acordo com as entrevistadas, o motivo desta segunda viagem do pai, foi o de melhorar as condições financeiras da família, a qual se

encontrava em situação lastimável. A miséria é um importante elo de ligação entre as sucessivas gerações: o sofrimento parece estar enraizado no cerne da estrutura da família. Uma vez encerradas as atividades militares do esposo, a própria mãe pediu uma quantia de dinheiro emprestada a fim de que o marido a utilizasse no retorno ao Brasil.

O discurso das irmãs entrevistadas enfatizou, e muito, a pobreza na história da sua família. Lembraram que a vida cotidiana lusitana tinha a miséria como sua característica mais marcante e este pareceu-nos ser o campo dentro do qual se sentiram mais emocionadas em aprofundar os seus relatos. Miséria e pobreza, com todas as suas conseqüências, eram as companheiras de sua família antes da vinda para o Brasil:

H. - Agora Portugal está uma maravilha, mas, naquele tempo, era uma miséria absurda. Nós éramos da classe mais pobre. Se fala aqui de pobre... os pobres daqui são ricos!

M. - Bom, pra você fazer uma idéia, o meu avô trabalhava no rio e a minha avó pra ajudar carregava feixes de palha, de nossa terra à Lamego, que são duas léguas – ela ia de madrugada... (...) Quando a minha avó chegava, que trazia um pinguinho de dinheiro, aí ela – presta atenção – ela ia, nas pessoas que tinham vinha d’alhos – vinha d’alhos é aquela, que tem, gente que tem carne de porco, bastante, e põe no vinho... Olha você como era a vida: ela foi pedir diversas vezes na casa da minha avó materna! Esse vinha d’alhos. Que era pra fazer papas; papas é uma coisa feita...

H. - Fubá, misturado naquele d’alhos. E aquilo era a refeição. Todo o dia.

M. - Era uma vida de cachorro! (F.A.)

Ambas alegaram que trabalharam desde muito cedo, por volta dos oito anos de idade. Eram proibidas de brincar tanto fora como dentro de casa, pois tinham várias obrigações a cumprir dentro do lar da família. Esta ênfase no trabalho veio seguida de um ingrediente que acompanha todos os membros da família: o sofrimento. Este é facilmente percebido em palavras e expressões empregadas para se referir a todos os membros familiares: “casa da tristeza da vida, coitado(a), infeliz, a nossa vida continuava uma merda, miséria...” a desgraça era tanta que uma das irmãs garantiu que possivelmente não acreditaria numa história dessas caso alguém a relatasse para ela: “Era demais. Se a gente contar, parece, se nós não vivêssemos esta história... nós não iríamos acreditar...” (M.-F.A.)

No caso relatado, a decisão do pai de partir e permanecer durante anos no Brasil representou para as irmãs uma infância marcada pela ausência paterna, pela convivência com os avós e pela vivência no trabalho e na miséria. A dimensão lúdica de infância não é representada nesses relatos, só aparece o sofrimento, a miséria, o trabalho.

A ausência paterna durante o período da infância também foi apontada por outros entrevistados: no caso de uma delas (F.H.), a imigração na família ocorreu com a vinda do pai, em 1921, e só cinco anos depois veio o restante da família. A primeira geração que compreende o pai e a mãe da entrevistada, nasceu e casou-se em Portugal, o pai nasceu em Lamas e a mãe em Mozelos, a mãe vinha de uma família de industriais que tinham treze filhos, sendo que uma de

suas irmãs e seu marido também migraram para o Brasil. O pai imigrou porque não queria ver a mulher trabalhando e também por se sentir culpado de ter tirado a mulher de uma situação boa financeiramente falando, antes de ter se casado. O casal teve cinco filhos, todos nascidos em Portugal e que tiveram parte da infância lá. Nesse caso, a mãe, para sustentar os filhos, continuou trabalhando com a família. A entrevistada não se referia a sofrimentos, pois pertencia a uma família com melhores recursos, freqüentava a escola antes de vir para o Brasil; mas lembra-se da ausência do pai.

Outra entrevistada (F. M.) ficou um tempo maior para empreender a viagem e ter uma convivência com a família nuclear completa. A vinda de sua família foi fragmentada, primeiro veio o pai e depois aos poucos foram vindo os outros membros da família. Seus pais moravam em um distrito de Coimbra, provavelmente numa região urbana, devido à profissão do pai que era escultor; já a mãe era dona de casa e criou nove filhos. A família veio “devagarinho”, nas palavras da própria entrevistada. Primeiro veio o pai, por volta de 1927, depois veio a irmã mais velha, a mãe e o resto dos filhos, ela só veio em 1937, com 22 anos. Outros dois irmãos da entrevistada ficaram em Portugal por já estarem casados, quando da imigração dos irmãos. Em Portugal, F.M. ficou aos cuidados de uma tia, não trabalhou lá, mas cursou até o primário e quando interrogada sobre sua juventude em Portugal, ele respondeu secamente que “foi muito boa, com saúde”; a entrevistada não quis falar de sua vida em Portugal, do choque da imigração e da distância dos familiares. Sua resistência em falar da infância e da juventude parece indicar problemas de sentimentos carregados.

Há ainda os que passaram por uma vivência familiar fragmentada por muitos anos, em virtude do processo migratório. É o caso de F.N., cujo pai veio em 1905; ele veio com o resto da família só em 1932. O pai migrou enquanto a família ainda era pequena, deixando em Coimbra a mulher grávida de F.N. e outras duas irmãs. Durante longos anos, a família ficou entre esses dois continentes, pois para o pai a imigração para o Brasil não era definitiva, mas só uma forma de arrumar dinheiro:

Não, ele veio porque precisa vir, sabe como é que é, que a vida naquele tempo não estava fácil, então ele diz agora enquanto existe pouca família é que eu vou arriscar porque nós não estivemos vivendo bem como eu quero viver (já tinha uma irmã minha lá, uma ou duas, parece que já tinha duas, ou a minha mãe tinha uma e estava esperando outra, a Segunda), então ele falou, eu vou aventurar. (F.N.)

O entrevistado, como já dito anteriormente, veio para o Brasil em 1932 junto com a mãe, com 19 anos. Em Portugal fez o primário e trabalhava nas terras da mãe. Ele contou sobre sua infância em Portugal:

A gente ficava o dia inteiro na escola, entrava às sete, aliás, às oito e saía às cinco, levava o lanche, lanchava lá, tínhamos meia hora de lanche, ficávamos na escola. (...) antes de eu ir pra lá eu tinha tarefa, antes de ir pra escola e depois de voltar

e, então, quando era nas férias então eu ia guardar o gado porque a minha mãe lá tinha muito gado, então tinha... eu ia por exemplo, tinha a minha irmã mais nova das mulheres, ela andava guardando por exemplo quando não tinha criado fora, então quando era nas férias grandes era noventa dias, eu ficava guardando elas, sabe como é, lá por exemplo a criança tem que trabalhar cedo, tinha que trabalhar naquele tempo, depois parece que Portugal mudou. Ela (mãe) sempre tinha boas propriedades, é que, sabe como é, precisa dinheiro porque a vida lá era muito difícil, então o meu pai veio por causa disso, mas ela começou, por exemplo, comprava gado, vendia, mas é assim, ela, por exemplo, fazia queijos, vendia, tudo isso ela fazia. Eu vendia e ia a todos os lugares, tudo, toda semana levar eles lá, já tinha freguês certo, já sabia quantos que a pessoa queria. (F.N.)

Alguns casos foram mais dramáticos, pois a família não voltou a constituir-se, nem no Brasil nem em Portugal. É o que relatou um entrevistado (F.B.) que veio para São Paulo só com 27 anos. Em Portugal o pai vivia na região rural de Trás-os-Montes e, segundo o embaraço do entrevistado no relato, ele não tinha profissão, foi criado pelos avós que tinham terra; era lavrador, cuidava dessas terras e veio para o Brasil com 35 a 40 anos. Quando o pai saiu de Portugal, tinha já uma família formada, a mãe do entrevistado, grávida, ele e uma irmã; chegando aqui cortou os laços com esses familiares, e arrumou outra companheira de origem também portuguesa no Brasil: “Nunca mandou nada...” (F.B.)

O entrevistado contou que nem a intervenção de um parente foi bem sucedida: “- O seu pai, eu falei com ele, antes de vir pra cá. Mas ele não quis te mandar nada nem quis mandar lembranças para você. Ele veio, eu fiquei com dois anos, veio para cá e nunca mais deu bola para nós. Nem para família nem para ninguém”. (F.B.)

Como já anotamos acima, quando as crianças ficavam em Portugal na ausência dos pais, geralmente sua vida era marcada pelo trabalho junto à família, sob o controle da mãe, para enfrentar as dificuldades econômicas. Uma das entrevistadas passou a infância sem poder brincar, pois ficava bordando o dia todo, junto com a avó e as tias, na Ilha da Madeira.

A minha infância era dentro de casa e eu aprendi a bordar, e eu já bordava e ajudava a minha mãe e a minha avó bordando, sabe? E já bordava com nove anos. Não, não brincava... porque depois que eu comecei aprender a bordar, ficava a minha avó aqui, a minha mãe ali...e eu aqui, ó! E elas conversando e eu junto com elas (bordando...) Não fui à escola. O dia que foi pra eu ir pra escola, eu fui um dia, no outro dia já recebi notícias que era pra ir embarcar. Então a infância era mais... fazer o bordado... É, era trabalhar. A primeira coisa que a gente aprendia era trabalhar. (F.D.)

Mas houve casos, poucos, ocorridos entre os que tinham maiores recursos econômicos, em que a decisão de deixar os filhos em Portugal ocorreu por motivos diversos: os pais vieram para o Brasil, e os filhos ficaram em Portugal ou em outros países para estudar, pois lá cursariam melhores escolas.

Essa situação foi relatada por entrevistada (F.I.) cujo pai antes de imigrar para o Brasil pela primeira vez já tinha escolaridade de nível superior e que, durante seu retorno a Portugal, já



casado, desenvolveu pesquisas e organizou uma revista científica. Ela contou como a decisão de imigrar novamente para São Paulo envolveu, por parte do pai, em trazer as filhas mulheres, deixando na Europa os meninos, para estudar. O que se constata, nesse caso, é que a vinda do pai para o Brasil apenas confirmou o modelo de educação de famílias ricas tradicionais paulistas: o estudo para os meninos no exterior, e a educação das meninas sob o controle da família.

A infância passada em terras portuguesas deixou lembranças de separações, sofrimento, trabalho, miséria e incerteza para os que tiveram suas famílias fragmentadas durante o processo migratório. Mas também deixou marcas de uma vivência com grupos mais amplos, com os avós, que muitas vezes ficaram para trás, não vieram para o Brasil; do controle social nas aldeias, das escolas, da vida livre pelos campos, da educação religiosa que orientava a vivência em Portugal.

Assim, um entrevistado que veio para São Paulo com 27 anos, fala de sua vida na aldeia e dessa educação religiosa em sua infância em Portugal, que outros também carregaram: “Todos religiosos, ia na igreja, ia de um lado para o outro, tinha que inclusive, você, naquela época se você não participasse você já era colocado naquele livro, o livro negro”. (F.B.)

Parece que é possível pensar, a partir dos relatos de vários portugueses imigrantes que vivenciaram o processo migratório quando pequenos e jovens, que há uma especificidade em suas infâncias que os diferencia da maior parte dos outros imigrantes (SCOTT, 2001). É que para essas crianças a separação provocada pela ida primeira do pai, de seus retornos para visitas etc., os colocou precocemente em contato com contextos sócio-econômico-culturais distintos: um criado pelos relatos dos que imigraram primeiro, sobre o país para o qual vieram depois; o outro, o contexto no qual haviam nascido e no qual ficavam aguardando as decisões dos adultos – ficariam? partiriam? quando?

Se acrescentarmos a essa questão o fato de que geralmente as imagens veiculadas sobre o Brasil não eram as melhores (era a terra para ganhar dinheiro, não a pátria querida), é possível também pensar que foram as crianças e jovens que constituíram a identidade luso-brasileira em toda sua complexidade: enfrentaram as influências dos dois contextos sócio-culturais durante seu período de socialização primária, mesmo nos casos já citados em que vieram para São Paulo muito depois dos pais. Este aspecto, importante, já foi apontado por outros estudiosos com relação a outros grupos de imigrantes. Como já observou Kosminsky (2000) com relação às crianças de famílias judias, as crianças podem se sentir divididas por exigências culturais e sociais conflitivas diante de um mundo desconhecido e muitas vezes hostil.

Sem querer entrar no debate sobre culturas pré-modernas e modernas proposto por Giddens (1991), que consideramos problemático, lembramos aqui a discussão que o mesmo levanta sobre problemas de nossos tempos atuais e suas conseqüências para o sentimento de confiança (segurança ontológica) das crianças. O autor discute a importância das relações de

parentesco, da comunidade local, da cosmologia religiosa e da tradição na formação de confiança básica e do que chama de uma "metodologia extremamente sofisticada de consciência prática, que constituem dispositivo de proteção contínua" contra as ansiedades.

Deixando de lado a abordagem dicotômica de Giddens, podemos, entretanto, pensar que as migrações de grandes grupos sejam através de agrupamentos familiares ou, como foi retratado, através da descontinuidade familiar, levanta questões importantes para a reflexão sobre as crianças envolvidas nesses processos. Seria interessante explorá-las.

### **A travessia e as vivências na nova terra**

Para as crianças a própria travessia de um continente para outro se configurou, muitas vezes, como um novo espaço do brincar. Nas memórias de alguns, os longos períodos nos navios, que os pais descrevem como de sofrimento, são relembrados como tempos de alegria: o tempo no navio permitiu que fizessem amizades e brincassem muito, sem ter que ajudar os pais, ficar em casa; foram períodos de brincadeiras, de liberdade. Uma das entrevistadas, que veio para o Brasil com a mãe e os irmãos encontrarem o pai que viera cinco anos antes, lembra das diversões da viagem:

Lembro. Brinquei tanto no navio. (risos) Pra nós crianças era uma maravilha. Pra nós duas mais novas (...) (...) Vinha tudo: italiano, argentino, eu acho... porque tinha uma senhora que dizia, para ver o mar no fundo porque tinha uns peixes... 'miralo, miralo, miralo'... (...) Espanhola... Ih, mas nós fizemos um balanço na escada do navio... (C.F.)

A chegada na nova terra também foi lembrada por muitos imigrantes como uma época de descobrimento e deslumbramento: muitos haviam saído de zonas rurais onde viviam entre poucas famílias, sem nunca terem saído para outros lugares; outros em pequenas vilas ou cidades; a chegada a São Paulo, cidade que estava crescendo vertiginosamente e que já apresentava traços que a assemelhavam a outras grandes cidades do mundo, com muitas indústrias e um comércio florescente, foi vivenciada com curiosidade e euforia por muitos deles. Uma pequena imigrante portuguesa, cujo pai havia vindo antes da mulher e dos filhos, conta como conheceu a cidade logo depois de chegar, em passeios no táxi do pai; tudo para ela era diferente.

Outra, de família alemã, recorda de uma São Paulo muito linda, com as bandeiras de todos os povos nas janelas:

Quando chegamos para o Brasil, São Paulo (1910), foi, eu acho, lindo, eu amo São Paulo. E naquela ocasião foi tudo colônias, colônia italiana enorme, espanhóis, portugueses, franceses, alemães, poucos ingleses e menos brasileiros. Isso foi tudo colônia. Japonês e asiático eu me lembro, isso foi uma coisa que eu nunca esqueci,

antigamente, uma temporada muito comprida antes da guerra, todo domingo as casas, alemão, francês, italiano içavam as bandeiras. (Mg.)

Os relatos dos imigrantes dos três grupos abordados (japoneses, portugueses e alemães) remetem a uma São Paulo em que crianças de várias origens se encontravam nas vilas, nas ruas e nas escolas. Enquanto os pais procuravam geralmente estabelecer relações apenas com seus “iguais” nas suas “colônias” de origem, as crianças muitas vezes não se submetiam às imposições familiares. Durante nossas pesquisas, sempre nos chamou a atenção uma foto de um grupo de crianças japonesas em frente à primeira escola japonesa de São Paulo, em tradicional bairro japonês, mas tendo logo atrás, sorridentes, crianças de outras nacionalidades, que também queriam participar da foto. O professor dessa turminha nos anos de 1920, que entrevistamos, nos contou que, para ele, enquanto professor, era muito difícil ensinar japonês para esses pequenos imigrantes japoneses, pois eles queriam falar o português, para poder brincar com as outras crianças.

Observamos, como, Florestan Fernandes (1979) que através das brincadeiras são estabelecidas formas de sociabilidade que muitas vezes independem das línguas faladas pelas crianças – as brincadeiras envolvem dimensões, relações, sentimentos, olhares que podem significar para as crianças envolvidas aproximações, afastamentos, lideranças, valores em jogo etc., que só as crianças podem explicitar. Apreender e entender as brincadeiras praticadas entre crianças de grupos imigrantes, e, principalmente, entre crianças de origens diferentes é tarefa que, acreditamos ainda necessita ser realizada e, nos parece, pode desvendar dimensões importantes do processo de inserção nos contextos de adoção; pode, também, evidenciar algumas formas de incorporação das culturas e ideologias dos países de origem nas distantes colônias. Um exemplo interessante nos foi relatado por um filho de japoneses que, quando pequeno, brincava com seus amigos de soldado e perguntavam um para o outro: “O que você vai ser quando crescer?” A resposta imediata, perfilhando-se como um guerreiro, era: “Vou ser soldado e lutar na Indochina!” Para um pequeno imigrante que residia na lavoura no interior de São Paulo, na primeira metade do século XX, certamente ir para a Indochina era quase impossível – mas não nas brincadeiras. E aí estava manifesta a forte pressão do imperialismo japonês especialmente a partir dos anos 1930, sobre os seus então considerados cidadãos no outro lado do mundo.

Embora entre os imigrantes fosse muito forte o privilegiamento ao trabalho e, entre alguns grupos (como os japoneses e portugueses), que não eram bem vistos pela sociedade de adoção, os relatos insistiam em voltarem-se sempre para esse campo de atuação, sendo difícil os entrevistados falarem espontaneamente das formas de lazer enquanto crianças ou enquanto adultos, mesmo assim foi possível perceber através das brincadeiras e das atividades voltadas

para as crianças que aos poucos iam lembrando, a forte presença da cultura de origem. Assim, imigrantes japoneses que praticavam agricultura diversificada desde os anos de 1920 na periferia de São Paulo, acabaram se recordando com detalhes das festas que eram realizadas para as crianças em alguns dias do ano. Estas festas, que ainda são praticadas em São Paulo, procuravam reproduzir as festas tradicionais japonesas e eram momentos de encontro do grupo. Praticavam o undôkai (gincana) e as comemorações do dia das crianças, comuns no Japão:

(...) o mais interessante histórico pra senhora é... acho que é costume daqui, não é? O que nós passamos, é? Pouca gente acho que fez, é dia das crianças. (...) o Japão comemora dia das crianças separado, menina e menino são em dias diferentes. Chama-se Shinamatsuli, nós fazemos uma altazinha, umas prateleirinhas, ela tem umas bonequinhas muito bonitas, ela se veste bem, né? A menina... e faz umas bonequinhas, bastante bonequinha na prateleira e festeja-se o dia da menina (03 de abril). Então nos dias festivos dos meninos (05 de maio) nós passamos um mastro e pomos um tipo de uma bandeira... com uma carpa inteira, assim, feita de pano. É... de rabo comprido, faz assim... enfeitado. Enfeitado com uma fita assim. Quando é da menina nós enfeitamos com umas bonequinhas, tudo bonitinha. E quando é menino nós pomos um super-homem. É temos um tipo de samurai bravo, né? Que era antigo esse samurai bravo, nós enfeitamos com boneco daqueles para que o menino seja bravo, seja forte, não é? É, tem um Kintaro que nós falamos... E ele era o que cativou o urso e dominou um urso, o menino, né? Então ele monta num urso com machadinha, e esse é emblema do menino, de força. Então para que o menino seja forte, não é? Usa-se esses bonecos de enfeite no dia cinco de maio... (Itaquera)

O undôkai era praticado em todas as escolas japonesas e nipo-brasileiras de São Paulo, na capital e no interior e lembrado por muitos entrevistados.

Outra japonesa lembra das festas, dos jogos e brincadeiras quando era pequena, no bairro de Pinheiros em São Paulo, só entre crianças japonesas e também ligadas ao contexto político do Japão:

Na rua a maioria era japonês, a gente falava em japonês. É. Quando tinha mais ou menos seis anos assim, tinha as meninas, a gente brincava junto. Tudo em japonês, brincava só com japonês. Naquele tempo era só japonês. Tinha filhos de alemães... (vizinhos). Eu quando tinha seis anos eu vi aquele cabelo loiro, estranhei (risos). (...) Pulava corda. Diz que... não. Origami, fazia origami. Depois quando..., aí começou esta guerra, a Segunda Guerra... antes tinha a Guerra da China. Aí todo mundo tinha que..., as pessoas, as mães, as professoras assim, num pano, fazia bordado tudo, ponto vermelho. Fazia tudo ponto, fazia mil pontos. Mandava pra Japão pro soldado usar aqui, pra proteger na guerra. É. Espiritual. Era um pano branco todo com pontinho vermelho ...Aí, a meninada levava para cada família, para fazer um ponto. É, mandava, tudo. Naquele tempo..., naquele tempo ia de navio. Depois quando começou a Segunda Guerra... (parou). (K.)

Nos relatos de alguns portugueses também aparecem nos jogos, brincadeiras e cotidiano familiar as marcas da cultura de origem; segundo duas irmãs o pai, conseguiu “fazê-las” mais portuguesas que brasileiras (a mãe era brasileira); elas nasceram em Portugal, de onde vieram quando muito pequenas. Segundo as mesmas, brincavam só nos jardins das casas em que moravam, primeiro na de uma tia, quando chegaram de Portugal, depois em uma casa muito

grande que o pai construiu, justamente no então bairro japonês de São Paulo, na rua Taguá. Só saiam para fazer visitas, com a mãe, não saiam para cinema, festas etc. Mas quando a mãe saía:

Tínhamos um casal de empregados, ela era austríaca e ele era italiano. E então ela era gorda, enorme, ela cantava... então quando a minha mãe saía, nós todos nos reuníamos e ela cantava, cantava em austríaco... alemão... Tem muitas brincadeiras, inclusive de roda e dessas coisas assim eram, tinha algumas que eram típicas de lá. Eu lembro de algumas coisas. A gente se fantasiava tudo de portuguesa, tudo. Isso é na nossa casa de São Paulo (mostrando fotos). É a Laura, essa é a Elisa. As duas vestidas de portuguesas. (...) Papai tinha história de todos os santos. Ele contava as estórias todas. Sabia tudo, ele contava pra gente. E ensinava pra todas as filhas. (...) Agora, o que eu acho que vocês tão querendo saber o que nós tivemos nas influências de meu pai não foi tanto nas brincadeiras, aqui nós brincávamos normais como os outros imigrantes, brasileiros ou outro tipo de imigrantes, então a brincadeira era normal de pião, andar de bicicleta essas coisas, então não havia essa influência. A influência do meu pai era no viver todo dia (...) (M.)

Nesses relatos aparecem, entretanto, os traços de uma infância em grande parte diferenciada da maioria dos imigrantes do mesmo período; tratavam-se as duas irmãs de imigrantes que, em São Paulo, relacionavam-se e conviviam com a elite paulistana, pois sua mãe era de família tradicional e de muitos recursos, o pai era um intelectual e profissional muito conhecido.

Outra pequena imigrante, de família alemã com recursos, comenta:

Isso aqui tudo era brinquedo que ganhamos. Uma cozinha completa. Isso é minha irmã, nós duas. Isso foi a afilhada da minha tia e eu como a pequena, também junto. Olha aqui , a cestinha de boneca. Isso são as bonequinhas que ganhamos do meu tio. Olha os movezinhos. Nós tínhamos muitos brinquedos. (Mg.)

Segundo Kishimoto (1993), os jogos e brincadeiras permitiam a aprendizagem social de valores fundamentais para a sociabilidade tais como alteridade, gestualidade, afetos e outros; e as crianças são capazes de produzir a cultura e a história da vida cotidiana de um povo ou de um país, assim como introduzir modificações que lhes dão outras feições culturais. No caso das crianças de famílias imigrantes, parece-nos que reproduziam os jogos tradicionais de seu grupo de origem, assim como incorporavam outros no contexto paulista. Desvendar esse processo de aprendizagem e transmissão dos jogos e brincadeiras infantis de diferentes grupos, entre crianças em contextos migratórios é tarefa a ser empreendida, procurando verificar de que forma as trocas culturais ocorriam nesse campo e quais foram os agentes que atuaram nessa direção. Parece que o espaço da rua, geralmente proibido, o da escola e o convívio com empregados de diferentes origens nas famílias foram importantes.

Haveria muitas outras dimensões a serem exploradas no tocante à travessia das crianças e suas vivências no contexto de adoção, mas as relações estabelecidas no âmbito familiar e os projetos desenvolvidos para as mesmas, na nova terra, marcaram profundamente as vivências dos pequenos imigrantes em São Paulo.

Se a vivência em Portugal representou para muitas crianças a separação, a ausência do pai, na nova terra a família nuclear, com algumas exceções, se reintegra, e muitas vezes, incorpora também parentes que já haviam vindo anteriormente. É aqui que muitas delas conhecem ou começam a conviver com a autoridade paterna, em relações nem sempre muito satisfatórias na perspectiva das crianças. Segundo vários relatos de entrevistados, pelo menos três elementos contribuíam para que a infância de pequenos imigrantes não fosse lembrada como um tempo de muitas brincadeiras e prazeroso por muitos deles: 1) em muitas famílias, principalmente portuguesas, havia a exigência de que as crianças trabalhassem, mesmo as que residiam na capital – algumas em bares, padarias, mercearias, outras em casa, outras ainda como vendedores de produtos da família pelas ruas e casas da cidade; 2) os pais não gostavam que os filhos ficassem nas ruas e que brincassem com crianças “desconhecidas” (os bairros mais pobres de São Paulo eram constituídos por imigrantes de várias partes do mundo) e 3) a educação rígida imposta pelos pais, especialmente pelo pai, que os controlava no dia a dia. Muitos falam de surras que levaram dos pais quando eram pequenos, geralmente por terem ficado brincando nas ruas, além de falarem das proibições; essas eram ainda mais duras com relação às meninas, sempre criadas dentro de casa, brincando com os irmãos e primos.

O relato de um imigrante português (F.F.), que consideramos fundamental, evidencia uma educação extremamente rígida da família e ao mesmo tempo uma ênfase no trabalho:

(...) só me considereei que eu era igual aos outros moleques depois que eu casei e tive filhos... Porque eu achava que eu era diferente, porque eu apanhava tanto, que eu achava que eu era diferente. Porque... falei, acho que eu não sou igual aos outros... que eu apanho pra chuchu. Eu só comecei a ver aquilo... que eu... as brincadeiras... as traquinices... que a gente fala, né, depois que eu tive os filhos e eu vi que eles faziam isso, e... (é normal) falei... e eu apanhava por causa disso... eu apanhei bastante. (F.F.)

Os conflitos enfrentados pelo imigrante português anteriormente citado, que o levaram a julgar-se “anormal”, pois se comparava com outras crianças com as quais convivia e que não apanhavam dos pais como ele, evidenciam como para os pequenos imigrantes podiam ser diferentes daqueles dos adultos os sofrimentos enfrentados na nova terra: o que atormentava o pequeno imigrante português não era a vida pobre, sem recursos, mas o fato de não ter carinho dos pais, além de apanhar muito, sem motivo, o que não ocorria com as crianças de outras famílias com as quais convivia na vizinhança. Seus relatos parecem evidenciar um aspecto pouco manifestado nos relatos dos que imigraram quando adultos, isto é, o das relações conflituosas entre pais e filhos, em sua vivência no contexto de adoção (a questão dos afetos), e sob o olhar dos filhos, e não dos pais. Esta infância sem carinho, de maus tratos por parte dos pais, de impedimento do brincar com outras crianças que não eram do mesmo grupo de origem, marca todo o relato desse imigrante sobre sua vida; em vários momentos, há um retorno à infância, e

um estranhamento com relação aos pais e suas atitudes. Para a criança, convivendo com outras famílias e outros costumes, o “outro” eram os próprios pais, com sua cultura em que a severidade era o traço marcante na educação infantil.

No contexto migratório, as crianças defrontavam-se muitas vezes com diferentes tipos de educação familiar, aos quais não eram indiferentes e que de alguma maneira comparavam.

(...) Jogava futebol quando meus irmãos, faziam aquelas bolas de meias, enchia de jornal, fazia a vó costurar, nós ia jogar lá o Ipiranga, aí depois nós fomos morar no Ipiranga, naquele tempo era fábrica, tinha o (bonde). Era o bairro da fábrica e tinha o Ipiranga, o Museu, que eu ia todo domingo... eu ia passear, no Museu do Ipiranga, passear lá e ver as meninas, eu era mulecote, então eu brincava lá, a gente pegava a bola, lá... juntava eu mais meus irmãos nós íamos jogar lá, ver se tinha mais alguém que fosse, senão nós jogava os quatro, era dois goleiros e dois na linha (...) fui criado pobre, quer dizer, meu pai ganhava pouco, e vivia assim de aluguel, casa alugada, tudo. A gente não tinha assim, quer dizer, nada, brinquedos assim de criança, não tinha nada, não tinha nada. Não é que nem agora que você dá brinquedo para o teu filho para o teu neto, naquele tempo não tinha nada, chegava o Natal, comprava uma garrafa de vinho português, lá. (...) Depois também eu via ali, quando eu morava na Vila Mariana, também a dona Ia... uma senhora. Que era italiana. Era o mesmo sistema também, era tudo rígido. Aquele tempo os europeus... era tudo assim... Eles eram muito severos com os filhos, não eram só os portugueses, meu pai foi é lógico (mais), mas você via também falar dos outros, também, aliás, tinham famílias que eram boas que nem a da Maria... amorosos com os filhos, né. Do meu lado aqui eu não tive muito amor, o amor me davam quando eu tava dormindo. (M.)

Uma outra entrevistada filha de alemães por parte de pai, e de italianos por parte de mãe, também contou como eram diferentes as orientações nestas famílias, ambas de fazendeiros: a família do pai, de origem mais simples na Alemanha, era mais alegre e todos eram músicos – para ela, a vida era mais divertida na casa deles; na casa dos avós maternos, de origem aristocrática na Itália, os costumes eram mais rígidos; enquanto criança aprendeu a conviver com os costumes dos dois grupos, embora a influência alemã pareça ter sido mais forte, pois residia com os pais na fazenda dos alemães:

Mas o meu avô (alemão) tinha lá um jardim com flores enxertadas de todos os tipos, o pomar tinha tudo que você pode imaginar e tudo enxertado, tudo. Então a vida ali era muito boa, maravilhosa. Bom, era uma fazenda mista, agora diferente dos... alemães, os italianos eram mais... como eu vou dizer? Não sei se eles eram orgulhosos ou se eram mais assim... eles não eram assim muito abertos, acho que talvez porque eles eram uma sociedade diferente, eles não se ligavam muito... (E.)

O que se pode perceber em vários relatos é que, enquanto para os imigrantes adultos a convivência com outras culturas implica geralmente na incorporação de aspectos das mesmas em um processo de reconstrução de identidades étnico-culturais, no caso dos pequenos imigrantes a própria identidade vai sendo estruturada/construída na confluência de várias culturas que coexistiam em São Paulo. Daí vem a dificuldade expressa por muitos entrevistados de segunda geração de grupos imigrantes, ou que chegaram muito pequenos, em dizer-se mais brasileiros ou

mais japoneses, alemães, italianos etc. Suas identidades são constituídas em um processo complexo em que podem entrar traços de mais de duas culturas, como foi possível verificar em várias histórias de vida – são constituídas na convivência com variados grupos étnico-culturais, simultaneamente.

Nos relatos sobre a infância aparecem algumas vezes os conflitos enfrentados pelos pais na orientação e educação dos filhos no país de adoção. Uma entrevistada cujo pai veio no primeiro navio de japoneses para São Paulo, nascida nessa cidade em 1914, e que durante sua vida conviveu com a atividade jornalística do pai voltada para a colônia japonesa, lembra das incertezas do pai na educação dos filhos:

A gente só falava português. Porque meu pai não deixou a gente falar japonês. Ah, ia aprendendo, na rua, na escola... É, porque papai falou que a gente era brasileiro e a gente ia viver no Brasil, então tinha que falar português. Mas foi um erro dele, sabe? Aí, quando nasceu a minha irmã caçula, aí ele tinha mudado de idéia. Aí só deixaram ela falar japonês. (C.)

Em consequência, a entrevistada aprendeu muito pouco de japonês e, a irmã, muito bem. Não conseguia ler as publicações do pai, escritas em japonês, sobre a vida dele e sobre a história da emigração. Mas em suas memórias ela também remete às brincadeiras que tinha durante a infância, em companhia de outras crianças não japonesas, o que de certa forma explicaria as ambigüidades do pai, culturalmente tão japonês, mas procurando orientar os filhos na sua inserção no novo contexto:

(...) eu era muito moleca, a gente tinha uma casa grande lá em Bauru. Que antigamente as casas eram grandes, cheias de árvores e eu ia em cima das árvores. Eu era moleca. Tinha um montão de laranjeiras lá em casa. Eu e meu irmão chupávamos todas. (...) Era brincadeira de roda, de pega-pega. É, sempre com brasileiros, né? Não tinha quase japonês. (...) Tinha muitas nacionalidades lá. (C.)

Em muitas entrevistas o que aparece com frequência, são os relatos sobre os diferentes modos encontrados pelos pais para controlar os filhos e, se possível, afastá-los da convivência com outras crianças e, especialmente, da rua. Para os que moravam na cidade de São Paulo, as restrições parece que eram maiores, pois, como bem afirmou um dos entrevistados, “a rua era o desconhecido”. Enquanto os pequenos imigrantes que viveram suas infâncias em fazendas e pequenas cidades do interior lembram das brincadeiras e até das andanças de um lugar para outro com certa liberdade (uma delas conta que “quando brigava com uma avó, fugia para a fazenda da outra”), em São Paulo recordam-se das restrições que lhes eram impostas (brincar só com parentes, só com os do mesmo grupo, com outros vizinhos). Em alguns casos, como o do pequeno imigrante português já citado anteriormente, e que trabalhava desde pequeno, o controle exagerado que os pais exerciam sobre ele, impedindo-o de brincar, roubou-lhe a infância. Ele repetiu várias vezes em sua entrevista: “eu não tive infância”. Para outros, o que procuram



evidenciar é que os pais seguiam as tradições rígidas de alguns grupos de origem na época. Assim, alguns pequenos imigrantes como vimos acima e como o exemplo abaixo, de uma imigrante alemã adotada, que vivia em família de muitos recursos conta:

Eu tinha uma vida muito, muito bonita, infantil, infância mimada; enquanto era de estudar levantava 5 horas da manhã. Horário para tudo. Almoço direitinho, café, depois disso o que precisávamos fazer todo dia era também passear, minha tia também foi muito, um pouco severa, né? Meu tio me tratou como uma princesinha amada, não sei porquê, mas minha tia foi um pouquinho mais severa. Ela tinha que manter a ordem. (Mg.)

Não foi possível observar diferenciações nessa disciplina imposta aos filhos entre os que pertenciam a famílias pobres ou com mais recursos. Parece que para muitas famílias, a rua trazia muitos perigos. Infringir as proibições podia trazer castigos e surras, como contaram alguns, tanto meninos como meninas.

No tocante às relações familiares, outro aspecto que chama a atenção é que os relatos sobre as vivências infantis aparecem permeados, também, pelas lembranças de ausências. Alguns migraram porque ficaram órfãos no país de origem, onde passaram a levar uma vida dura ou difícil. Outros falam das ausências do pai, ou do pai e da mãe, que imigraram antes para o Brasil, deixando-os com parentes próximos. Ainda outros falam dos irmãos que morreram antes ou depois de migrarem, mas que sempre estão presentes em suas memórias como parte da história familiar. Os irmãos, pais e avós, vivos ou mortos, estão presentes nos relatos de todos, seja com referência à infância no país de origem, seja no novo país. Alguns atribuem aos avós a transmissão da cultura de origem, seja pela convivência com os netos, pelo apego às tradições, pelas recordações carregadas no processo migratório (álbuns, malas, utensílios etc.), pela prática de outra língua, pelo nacionalismo arraigado, entre outros aspectos.

A preocupação das famílias de imigrantes no novo contexto era conseguir melhorar de vida e garantir um futuro melhor para os filhos. Para tanto, trabalharam duro nas mais diferentes atividades: agrárias, comerciais, industriais, em serviços, em atividades intelectuais, artísticas e até no jogo do bicho. Mas é possível aventar que os projetos familiares no novo contexto paulistano estiveram pautados em diferentes aspectos, visando a ascensão social dos filhos: no trabalho, que alguns viam como o caminho promissor; no estudo, em que alguns imigrantes investiram; no estabelecimento de relações sociais e/ou laços de parentesco privilegiados na sociedade local. Os projetos familiares pautados nesses diferentes capitais (econômico, cultural e social) parece ter marcado as infâncias dos pequenos imigrantes.

O espaço escolar, além das ruas, dos quintais e da vizinhança, foi o espaço de convivência por excelência entre as crianças dos vários grupos étnico-culturais em São Paulo. Como já apontamos em outros artigos, os imigrantes criaram muitas escolas para seus filhos, nas

quais procuravam transmitir a cultura e os valores da sociedade de origem na língua materna, através de professores pertencentes ao próprio grupo. Nessas escolas, a convivência entre as crianças geralmente era com as de seu próprio grupo. Mas, em virtude das leis paulistas que determinavam a presença de um professor “brasileiro” nas escolas, aí já ocorriam trocas culturais entre alunos e professores (DEMARTINI, 2003). Mas a presença de filhos de imigrantes era freqüente em todas as escolas de São Paulo, na capital e no interior; nestes casos, as relações entre crianças de diferentes origens eram mais intensas. Os relatos evidenciam que muitos transitaram por diferentes tipos de escola.

Em outros casos, embora houvesse uma obrigatoriedade do trabalho infantil junto à família, o projeto de ascensão era visualizado pelo estudo. Na ausência de filhos homens, os pais orientavam também as filhas para profissões que consideravam melhores que as suas. Os relatos das duas irmãs anteriormente citadas são muito claros nessa direção.

O pai de H. esforçou-se, e muito, para que ela não seguisse a trajetória escolhida por ela mesma: a carreira eclesiástica. H. queria ser freira por volta dos dezesseis anos de idade, mas o pai assim não desejou; atualmente H. mantém seu consultório médico, especializado em medicina ginecológica, o que representa uma concretização dos desejos do pai:

Um dia o meu pai cismou, porque eu, quando eu tinha dezesseis anos eu queria ser freira. E aí o meu pai falou: “- Ih, agora...” O meu pai tinha aquela paixão que eu fosse da medicina, aí ele pensou: ‘- Como é que eu vou fazer pra tirar essa idéia dela, porque não deve ser vocação, deve ter sido as freiras que enfiaram isso na cabeça dela... (H.-F.A.)

Ao contrário de outros grupos de imigrantes, especialmente dos italianos, que vieram em grande número no mesmo período, os portugueses, apesar de serem praticantes da religião católica, não pareciam pautar os projetos de educação dos filhos voltados para a carreira religiosa. Pelo contrário, alguns entrevistados chamaram a atenção em seus relatos para esse aspecto interessante: os pais não queriam que se tornassem freiras ou padres.

Alguns entrevistados tiveram acesso em São Paulo ao mesmo tipo de ensino ministrado em seus países de origem, não estranhando a língua e o conteúdo veiculado – freqüentaram as escolas criadas pelo próprio grupo imigrante. Mas esta não foi a regra.

Uma pequena imigrante japonesa, que chegou com os pais e cinco irmãos em 1929, freqüentou logo ao chegar uma Escola Mista Rural na região da Alta Sorocabana, em que ficavam as terras compradas por seu pai. Para ela, a experiência foi difícil:

Eu com 7, 8 anos tive que entrar na escola. Naquele tempo, agora tem bastante colega japonês, bastante, mas naquele tempo era só eu... Foi muito triste, viu? Era em português (...) Como falava? Eu era bem criança. Tem hora que fala bem, mas tem hora que (?). Aí o meu tio, que já morava há cinco anos mais ou menos, ele escreveu: “não compreendo nada” (...) Na escola não entendia a professora, porque não tem como entender. (R.)

Só mais tarde, quando a família mudou para outro local, Bastos, é que começou a freqüentar uma escola que, embora tendo professores não só japoneses, eram freqüentadas quase que só por crianças de famílias japonesas:

Mas aí, já tinha escola boa em Bastos, quanto japonês que estudava de tarde! Agora, de manhã é grupo mesmo, professores tudo formados aqui. Já é escola e depois as professoras são todas boas, porque entendem a situação do aluno, que não sabem português. Aí minhas irmãs até que não sofreram muito. Agora, lá em Piquerobi, a gente não pode achar ruim também, não é? Nunca viram japonês, não tem noção mesmo. Tinha colega que dava risada mesmo. E também já era há mais de 50 anos atrás... Agora já é muito acostumado, não? (R.)

Outra entrevistada passou por situação inversa; freqüentou inicialmente uma escola japonesa, onde aprendeu tudo em japonês, depois foi para escola pública. Também crianças alemãs tiveram acesso a escolas em que aprendiam em alemão.

As crianças que vieram de Portugal não parecem ter enfrentado problemas com relação ao conteúdo do ensino e à língua falada, não mencionam e nem se lembram de detalhes das matérias, muitas vezes. O que mais é ressaltado, é o fato já apontado também por alguns japoneses que freqüentaram escolas públicas: eram encarados como diferentes, hostilizados, recebiam apelidos:

(...) a gente como estrangeiro, a gente se considera estrangeiro. (...) eu lembro quando eu era moleque, quem dominava aqui era a colônia italiana, então os portugueses eram muito mal tratados... eu lembro quando eu ia na escola tinha 7 de setembro, dia da Bandeira, tudo que falasse da Pátria, falar mal dela era português, tanto que quando eu andava na escola às vezes... eu não dizia que era português que a turma né... Eu sou brasileiro, que eu falava que era brasileiro, que se eu falasse que era português achincalhavam, ‘português burro’, ‘português bacalhau’, saía tudo quando era nome. A colônia italiana era maior. (M.)

Com os japoneses a discriminação era maior; segundo uma japonesa, quando freqüentou uma escola em cidade do interior: “(...) todo mundo era hostil, até eu quando era pequena eu lembro que o pessoal era muito hostil, xingava... Não conheciam japonês, então era: o Japão, o japonês!” (C.)

Mas outra entrevistada japonesa conta que foi respeitada em escola pública na cidade de São Paulo, que freqüentou depois de três anos em escola japonesa de Pinheiros: “Senti diferente, não é? Já tinha que falar em português (...) Naquele tempo, todos respeitavam tudo. A gente brincava, as meninas vinha tudo, a gente ia visitar na casa dela. Morava perto”. (K.)

Os relatos dos entrevistados sobre o período de escolarização fundamental permitem observar as marcas do sistema educacional do país de origem. Pode-se afirmar que a imigração trouxe para o Estado de São Paulo crianças e jovens que, se eram semelhantes na condição de “seres imigrantes”, diferenciavam-se quanto às possibilidades de acesso que tiveram à

escolarização antes de sua partida. Os relatos de alguns sobre a educação em Portugal e no Japão permitem compreender também algumas marcas culturais que cada grupo étnico procurou imprimir na educação dos filhos, nas famílias ou nas escolas. Permitem apreender também as diferenciações internas a cada grupo decorrentes dos maiores ou menores recursos econômicos dos imigrantes e do tipo de relações sociais estabelecidas no contexto de adoção. Algumas famílias reproduziram aqui os modelos de educação europeia usuais da elite paulistana, isto é, uma educação mais “francesa” para as filhas, em casa ou em colégios religiosos, enviando ou deixando os filhos homens estudando na Europa. Também no processo migratório estabeleceram-se diferenciações entre a educação de meninos e meninas. Apenas para exemplificar, tomamos o caso das irmãs acima citado; as irmãs estudaram em um externato particular no centro de São Paulo, e os irmãos, na França e na Suíça (só vieram para o Brasil muito depois delas):

Eu só tive quatro anos num (externato), que era de madame Vanda (...) era pertinho de casa, nós íamos a pé... Naquela ocasião só tinha duas escolas, que eram católicas, mas que eram de internato e minha mãe não gostava de ser de internato, então por isso que nós estudamos nessa escola, foram quatro irmãs, nós até estudamos tudo em francês, era tudo, tudo, História do Brasil, tudo, tudo em francês, mas aí quando veio a época que foi a guerra não é? Não deixaram mais, ensinar, tinha que ser ensinado em brasileiro... Os meus dois irmãos foram educados na Europa, porque naquela época não tinha escolas superiores, então quem podia mandava os filhos pra Europa, os meus dois irmãos o mais velho foi com 14 anos e o mais moço com 10, foram de navio recomendados ao comandante, eles foram os dois sozinhos, e na França e quando estiveram lá parece que dois anos aí começou a guerra, então eles foram pra Portugal, pra casa de minha avó e ficaram lá, mas depois como os meus primos estavam estudando na Suíça naquela época era um país neutro, então eles foram pra Suíça e ficaram estudando na Suíça. (M.)

Para os que tinham maiores recursos, as possibilidades de integração nos escalões mais altos da sociedade, com os quais já se relacionam, podiam ocorrer tanto pela escolarização mais refinada, como pelo convívio com as melhores famílias. Mas aí fica perceptível que havia diferenciações: os projetos para as meninas diferenciavam-se do que era visualizado para seus irmãos, que tinham mais liberdade e freqüentavam escolas voltadas para profissões liberais; a elas, a educação permitida pela família era geralmente a que convinha à preparação das jovens para bons casamentos.

## **ALGUMAS ANOTAÇÕES FINAIS**

A análise que realizamos dos relatos orais sobre a infância de diferentes grupos de imigrantes parece ter apontado para aspectos importantes do processo migratório e das infâncias envolvidas: a vivência lúdica e prazerosa da travessia de um contexto para outro; a apreensão do

contexto de adoção quase como um brinquedo novo, desafiador, mas interessante aos olhos das crianças; as relações entre pais e filhos, os afetos, os conflitos em família etc.; as relações entre as crianças do mesmo grupo imigrante e de diferentes grupos étnico-culturais; a presença das culturas e ideologias dos contextos de origem nos espaços do brincar e a forma como as crianças as reelaboram nos contextos de adoção; as diferentes vivências dos pequenos imigrantes no campo educacional e a importância da análise da escola como espaço de trocas culturais e as diferentes infâncias dos que viviam em famílias com maiores ou menores recursos e a inserção das crianças no trabalho precoce.

Ao tratar das infâncias envolvidas em processos migratórios, pessoalmente ou através dos deslocamentos familiares, anotamos alguns aspectos, mas acreditamos que muitos outros poderão ser pesquisados sobre as vivências infantis, representações e identidades envolvidas na intersecção de sociedades e culturas, em parte, ou muito, distintas.

Do ponto de vista histórico, acreditamos que ainda há muito a conhecer sobre como os Estados Nacionais (tanto na sociedade de adoção como nas sociedades de origem) foram se posicionando quanto à imigração de crianças e às formas de educação a elas destinadas; também as soluções e estratégias desenvolvidas pelos grupos imigrantes e pelas próprias crianças. Para tanto, consideramos importante a observação das relações estabelecidas nos dois contextos de origem e adoção nas famílias, nas escolas, nos grupos de convivência entre outros. Também importante é o deslocamento das trocas interétnicas e interculturais que envolvem as crianças e os adultos nessas relações (DEMARTINI, 2002). Ainda importantes são as marcas da imigração nas gerações sucessivas das famílias e nas vivências futuras das sociedades de adoção.

Questões semelhantes podem ser colocadas para as crianças migrantes nos dias atuais, tanto para as que chegam como para as que saem, pois tanto aqui como em outros países as mesmas continuam enfrentando problemas; já vimos que a situação das crianças brasileiras no Japão, hoje, talvez seja muito pior do que a dos pequenos japoneses que para cá vieram há quase cem anos. São muitas as questões a serem investigadas. Citando Martins (2001)

(...) mais do que caracterizar peculiaridades étnicas e culturais, importa compreender os processos sociais que põem o filho do (i)migrante em face de dilemas culturais na constituição de sua identidade. E compreender, também, a continuidade dos valores de referência da sociedade de origem e de seu modo de vida no destino de seus membros ausentes, os filhos pródigos da diáspora moderna. (p. 21-22)

O que pensam as autoridades brasileiras e dos países de origem ou de destino a respeito das crianças envolvidas em processos migratórios? O que pensamos nós? E os pequenos imigrantes, muitos deles ilegais, que continuam chegando ao Brasil? como estão enfrentando as dificuldades? Sabemos que muitas dessas crianças são indocumentadas, não podendo legalmente receber qualquer documento que comprove seus estudos, ao final das várias etapas de estudo.

Será que explorar tais questões contribuiria para melhor equacionar as soluções? Não sabemos, mas é necessário tentar. É preciso pensar nas implicações dos deslocamentos para as crianças e, para tanto, é preciso também olhar e escutar as próprias crianças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS da População do Estado de São Paulo – Governo do Estado de São Paulo. Fundação SEADE, 1991.

CAMARGO, José F. de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FFCL/USP, 1952. (Boletim; 153).

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: FNUAP, 1996. Vol. 1. p. 1-38.

DEMARTINI, Z. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. In: INTERNATIONAL STANDING CONFERENCE FOR THE HISTORY OF EDUCATION, 25. São Paulo, 2003. mimeo

\_\_\_\_\_. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: MONARCA, C. (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 121-156. (Coleção Educação Contemporânea).

\_\_\_\_\_. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. *Pró-Posições*, Campinas, v. 15, n. 3(45), set./dez. 2004. no prelo

DEMARTINI, Z.; FARIA, A.; PRADO, P. (Orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 1-17. (Coleção Educação Contemporânea).

FERNANDES, F. As ‘trocinhas’ do Bom Retiro. In: FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 153-258.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

ISHIKAWA, E. A. Migration movement from Brazil to Japan: the social adaptation of Japanese-Brazilian in Japan. *Regional Studies*, v. 30, n. 2, mar. 2003.

KISHIMOTO, T. *Jogos tradicionais infantis*. Petrópolis: Vozes, 1993.

KOSMINSKY, E. Memórias da infância: as filhas de imigrantes judeus no Brasil. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, n. 11, p. 46-63, 2000.

LEVY, M.S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. *Revista de Saúde Pública*, n. 8 (supl.), 1974. Censo de 1980, apud Bassanezi (1996, p. 13).

MARTINS, José de Souza (Coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. Por uma pedagogia dos inocentes. *Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 21-30, nov. 2001.

MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 259-288.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993. (Coleção Análise Social).

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SALLES, T. O trabalhador brasileiro no contexto das novas imigrações internacionais. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: FNUAP, 1996. Vol. 1. p. 90- 103.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, v. 13, n. especial, jan. 2000.

SCOTT, A. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). In: CONGRESO DE HISTORIA ECONÓMICA, Zaragoza, 2001. mimeo

SILVA, S. A. da. *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997. (Estudos e Debates).

\_\_\_\_\_. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1960.